



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 08 de Agosto de 2019

**MEC corta  
verba de livros**

O Ministério da Educação (MEC) ainda não pagou cerca de R\$ 350 milhões do programa do livros de literatura deste ano, cujas obras deveriam ter sido entregues no primeiro semestre nas escolas da rede pública. Esse montante se soma ao mais recente corte do MEC no valor de R\$ 348,4 milhões que seriam destinados ao mesmo programa para distribuição em 2020. "As editoras já compraram o papel, já fizeram investimentos e ainda não receberam nem o pagamento do programa de 2019", disse João Scortecci, presidente da Abigraf.

## Curso presencial voltará a crescer em 2020

Por Beth Koike | De São Paulo

Após quatro anos de desaceleração, o volume de matrículas na graduação presencial deve interromper esse ciclo a partir de 2020. A expectativa é de uma variação positiva de 0,5% no próximo ano e crescimento de 2% em 2021. "O desempenho do setor depende da volta do emprego. No atual momento de crise, muitos alunos estão migrando dos cursos presenciais para o ensino a distância, que tem uma mensalidade menor", disse Paulo Presse, coordenador da Análise Setorial da Hoper, consultoria especializada em educação.

No ensino a distância, a projeção é de crescimento de 3% nos próximos dois anos. É um percentual inferior quando comparado aos períodos anteriores. Neste ano, estima-se um aumento de 6% no número de estudantes em cursos on-line e em 2018, a alta foi 13,8%.

Apesar da maior demanda nos cursos a distância, o valor das mensalidades vem caindo. Isso porque esse segmento tornou-se atrativo, levando à entrada de vários

grupos educacionais - o que aumentou a competição. Neste ano, o valor médio das mensalidades dos cursos on-line é de R\$ 259, o que representa uma redução de 7,5% quando comparado a 2018. Atualmente, estima-se que há 1,9 milhão de alunos matriculados em cursos a distância.

Na graduação presencial, o valor médio das mensalidades caiu 3% para R\$ 799,88 neste ano. Esse mercado conta com 4,5 milhões de alunos matriculados na rede privada. O consultor da Hoper afirma que o Fies, programa de financiamento estudantil do governo que alavancou o crescimento do setor, não voltará aos patamares de 2014, quando havia 4,6 milhões de alunos, sendo que 28,3% tinham o empréstimo universitário. Para meados de 2021, a estimativa é que até 20% da base de alunos tenha Fies.

"Estamos vendo muitas instituições entrando nesse mercado de ensino a distância sem nenhum planejamento, oferecendo mensalidades a R\$ 50 durante todo o curso e não apenas na matrícula. Esse é um risco muito grande, não é sustentável", disse William Klein, presidente da Hoper.

Diante desse cenário, a receita líquida do setor de ensino superior privado deve apresentar uma queda entre 2% e 3% neste ano, quando comparada a de 2018, que somou R\$ 54,7 bilhões, ainda de acordo com levantamento realizado pela Hoper. Em 2018, a receita do setor caiu 3,3%, em relação ao período imediatamente anterior.

No ano passado, os 12 maiores grupos de ensino do país apuraram uma receita líquida de R\$ 20,7 bilhões com 2,8 milhões de alunos matriculados. Essas instituições detinham 45,4% do mercado em volume de estudantes e 37,8% considerando o faturamento líquido.

"Na modalidade presencial, os grupos consolidadores vêm ampliando sua participação, sendo que desde 2010 aumentaram em 7,1% e chegaram em 2018 com uma fatia de 45,4% do mercado", informa levantamento da consultoria. "O fato é que a perenidade de uma instituição de ensino é dependente de uma gestão profissionalizada, que é muito fomentada pelos grupos consolidadores e está a frente das escolas adquiridas."

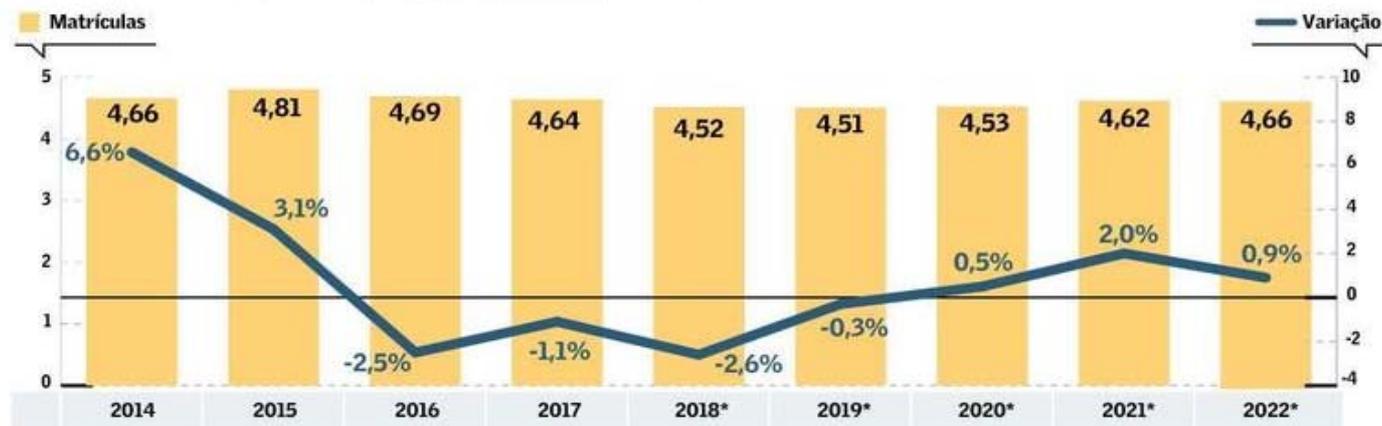




## Raio-X

Dados sobre o ensino superior privado no Brasil

### Número de matrículas nos cursos presenciais (em milhões)



### Maiores grupos em número de matrículas em 2018

Grupo	Matrículas estimadas*** (em mil)	Participação de mercado (em %)	Estimativa de receita (em R\$ bilhão)
Kroton	815,3	12,9	5,3
Unip	459,6	7,2	2,7
Estácio	441,6	7	3,6
Laureate**	280,0	4,4	2,5
Cruzeiro do Sul Educacional	210,1	3,3	1,2
Uninove	151,9	2,4	0,814
Ser Educacional	141,6	2,2	1,3
Unicesumar	132,9	2,1	0,502
Anima	95,9	1,4	1,0
Ilumno	53,7	0,8	0,436
Adtalem	52,8	0,8	0,884
Grupo Tiradentes	45,3	0,7	0,434

Fonte: Hoper \*Estimativa \*\*Divulgação dos resultados pelo grupo são feitos em dólares e a conversão foi feita pela cotação do fim de 2018 \*\*\*Inclui cursos presenciais e a distância

## No MEC, livros didáticos sofrem bloqueio de R\$ 348,4 milhões

Ministério afirma que valor pode ser liberado em caso de "evolução positiva" do cenário fiscal do país; medida impacta cadeia produtiva do setor

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões que seriam aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica, área considerada prioritária pelo ministro Abraham Weintraub. O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. Na época, o governo divulgou que o MEC deveria bloquear justamente R\$ 348,47 milhões (24,1% do total) de seu orçamento.

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Os números foram divulgados pelo G1 e pela ONG Contas Abertas que, desde o anúncio do novo contingenciamento, monitora o sistema para saber quais áreas serão afetadas. Após reunião com integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, explicou o motivo do bloqueio:

— Esse contingenciamento a gente acredita que vai ser descontingenciado ali na frente, e esse montante não afeta em nada a distribuição do livro didático, e se



**Arrocho.**  
Abraham Weintraub assumiu a pasta em abril com promessa de valorização do ensino básico

agente não fizesse aqui, iria ter que fazer em um outro local que teria um impacto maior — disse.

O secretário afirmou, também, que a pasta apenas segue o que é determinado pelo Ministério da Economia, responsável por definir os valores que devem ser bloqueados.

— Se eu não fizer o contingenciamento, sou punido por improbidade administrativa. Ninguém faz isso (contingenciar) porque quer ou porque gosta. Eu vou contingenciar o quê? Mais das universidades? Mais ainda nas bolsas da Capes? Onde enxergo que posso postergar um pouco mais, coloco ali naquela rubrica — defendeu.

M E R C A D O  
"DESORIENTADO"

O bloqueio pegou os envolvidos

na produção de livros didáticos de surpresa. Entre eles há o consenso de que a decisão vai trazer problemas para toda a cadeia produtiva. Sobretudo para o mercado editorial, que há anos atravessa uma forte crise. As vendas para o governo representam uma parcela muito relevante do faturamento das editoras, sobretudo por causa do Programa Nacional do Livro Didático (PLND), que responde por quase a totalidade dos pedidos. Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, no ano passado, o governo foi responsável por comprar R\$ 1,4 bilhão em livros.

João Scortecci, diretor setorial editorial da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), diz que o setor está "perplexo, desorientado e sem saber no que acreditar".





— Essa medida vai gerar um efeito dominó. Além das editoras, o bloqueio vai prejudicar muito as gráficas, que são a última engrenagem do negócio do livro.

Scortecci afirma que a crise do mercado editorial já tinha gerado por volta de 20 mil demissões entre os gráficos. E estima que a produção de livro didáticos movimente cerca de R\$ 120 milhões e represente aproximadamente 40% de todo o faturamento da área. Scortecci critica a falta de diálogo por parte do MEC. Ele diz também que os empresários do ramo estão abertos a conversar com representantes da pasta para chegar a uma solução para o impasse.

A reportagem perguntou ao MEC qual é a abrangência da medida, se deverá afetar estudantes que estão em aula ou se vai atingir as turmas do próximo ano, e também qual o cronograma para a produção de material didático. O ministério respondeu com uma nota, que não estipula prazo para o desbloqueio da verba:

"O Ministério da Educação informa que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidos para 2020. O Programa Nacional do Livro Didático possui um

cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento".

Os recursos contingenciados deveriam ir para obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, inclusive em formatos acessíveis. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e estimular a leitura e a escrita na educação básica.

A educação básica inclui os ensinos fundamental e médio e a educação de jovens e adultos. O contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até o dia 5, também inclui bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

## Material didático de escolas de SP tem questão sobre Doria

Angela Pinho

SÃO PAULO Material didático produzido pela gestão João Doria (PSDB) para escolas da rede estadual paulista reproduz texto de divulgação do governo e pede ao aluno, na resposta a um dos exercícios, que escreva o nome do tucano.

O conteúdo está na coleção Aprender Sempre, de reforço na aprendizagem de português e matemática, na edição destinada a estudantes do 5º ano do ensino fundamental.

Após questionamento da Folha, a Secretaria da Educação afirmou que suspendeu a impressão da publicação. A versão digital, porém, foi disponibilizada para as escolas.

A menção ao tucano está em uma proposta de atividade de língua portuguesa voltada à interpretação de texto publicitário. Ela reproduz, em versão adaptada, texto produzido pelo Governo de São Paulo sobre o programa de segurança no trânsito Respeito à Vida.

“O Programa Respeito à Vida — São Paulo dirigindo com responsabilidade, (sic) foi apresentado pelo Governador do Estado de São Pau-

lo, João Dória (sic). Ele informou no lançamento do Respeito à vida, (sic) que os alunos das escolas públicas estaduais terão um papel fundamental”, começa o texto.

Além da menção ao programa do governo, o trecho em questão tem dois erros de gramática (vírgula usada entre sujeito e predicado) e um na grafia do sobrenome do governador, que não leva acento.

Após o texto, são colocadas 11 questões para que os alunos as respondam em duplas.

Uma delas tem como resposta certa o nome do governador: “No trecho ‘Ele informou no lançamento do Respeito à vida’ a quem se refere a palavra destacada?”

O parágrafo inicial do texto publicado no material didático também suprime a menção original ao vice-governador. O texto de divulgação no site do governo do estado começa assim: “O Governador João Doria e o Vice-Governador e Secretário de Governo, Rodrigo Garcia, apresentaram nesta terça-feira (18) as ações do programa Respeito à Vida – São Paulo Dirigindo com Responsabilidade”.

Garcia é citado no terceiro parágrafo da peça reproduzida no material didático.

Presidente da Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual), a deputada estadual Professora Bebel (PT) disse ter recebido reclamações de docentes que foram orientados a imprimir o material.

A sindicalista o classifica como “propaganda partidária” e aponta contradição no fato de a iniciativa vir de Doria, que já se manifestou a favor do projeto Escola sem Partido, conjunto de medidas para combater uma suposta doutrinação ideológica em sala de aula.

Em novembro de 2018, por exemplo, ele afirmou: “Escola é lugar de aprendizado, não é lugar para se fazer política. Política se faz fora da escola”.

No sétimo mandato do PSDB no governo do estado, Doria assumiu com a promessa de recolocar São Paulo no topo do Ideb, indicador federal de qualidade da educação.

Segundo avaliação feita pelo próprio estado, 33,7% dos alunos do quinto ano da rede estadual estão abaixo do nível adequado em português, e 46,4%, em matemática.

## Secretaria diz que conteúdo veio de professores

### OUTRO LADO

A Secretaria da Educação da gestão João Doria afirmou em nota que “o conteúdo em questão foi elaborado de forma colaborativa por professores da rede estadual” e é voltado para 129.681 alunos do 5º ano, ou 3,7% dos estudantes da rede estadual.

A rede estadual atua principalmente no ensino médio.

De acordo com a secretaria, o material não chegou a ser impresso e, “por dar margem a interpretações equivocadas”, foi suspenso pelo secretário Rossieli Soares, que pediu a apuração de responsabilidades na aprovação do conteúdo.

“Tendo em vista a dúvida suscitada, a secretaria decidiu abrir apuração para averiguar os procedimentos adotados na validação do conteúdo elaborado por mais de 200 professores”, diz a nota.

A pasta afirma ainda que, a seu ver, o material não faz propaganda político-partidária.

## MEC bloqueia R\$ 348 milhões de livros e material didático

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões de produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica. O valor corresponde ao contingenciamento (bloqueio) da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de R\$ 1,442 bilhão em diversas pastas. Os dados foram levantados com base no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) pela ONG Contas Abertas.

O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, incluindo formatos acessíveis. Em abril, a gestão Jair Bolsonaro já havia anunciado o bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do MEC. Essa medida levou a protestos nas ruas de professores e alunos em várias regiões do País. No Siafi, a ação que teve contingenciamento é descrita como uma forma de "ampliar

o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem", com objetivo de "desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida" e "formação cidadã".

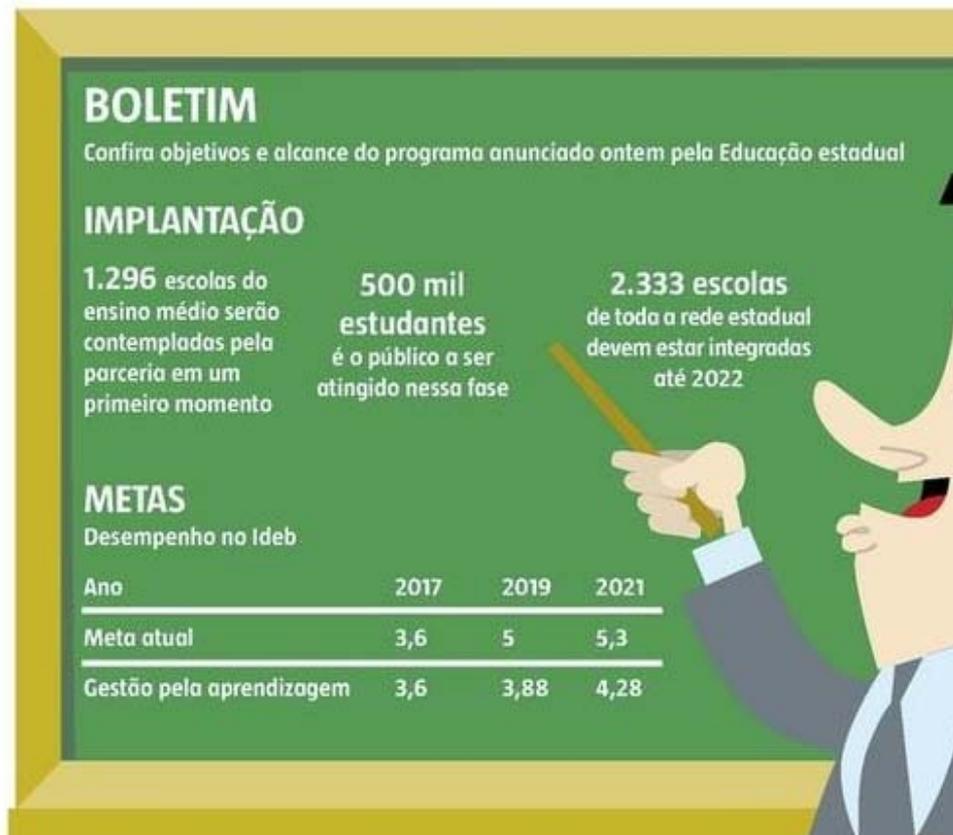
Governo. Em nota, o MEC afirmou que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidas para 2020. Ainda conforme a pasta, o Programa Nacional do Livro Didático tem cronograma específico de pagamento, "que não será afetado". No caso de evolução positiva do cenário fiscal do Brasil, acrescenta o ministério, os valores poderão ser liberados. O Programa Nacional do Livro Didático, de acordo com dados do próprio MEC, tem um orçamento anual de aproximadamente R\$ 1,62 bilhão e distribui quase 154 milhões de livros em todo o Brasil.

## PARCERIA TENTA TIRAR EDUCAÇÃO DO VERMELHO

JUNIA OLIVEIRA

Com um desempenho muito abaixo do esperado no principal indicador sobre a qualidade da educação no país, Minas aposta em resgate de parceria com a iniciativa privada para alavancar o ensino médio e voltar a figurar como uma das redes de destaque no Brasil. O estado, que já foi referência em nível nacional, desde de 2013 não alcança a meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e, a cada ano, alarga-se o abismo entre os objetivos fixados e a realidade das escolas. Além de melhorar o aprendizado dos estudantes, intenção é reduzir desigualdades regionais e outro grande calcanhar de Aquiles do setor no ensino: a evasão escolar. Apesar de prever um salto nos próximos três anos, o estado continuará abaixo das metas estabelecidas até 2021.

Minas Gerais quer sair de um Ideb de 3,6 registrado para o ensino médio no ano passado para 4,28 em 2021. Já para este ano, a intenção é subir a pontuação para 3,88. As expectativas de aumento se mostram pouco ousadas, já que as metas anteriormente fixadas para a rede estadual de ensino no 3º ano do nível médio eram de 5 para 2019 e 5,6 para 2021. Em 2017, a meta era de 4,8. Na Região Sudeste, o estado tem o segundo menor Ideb na última etapa da educação

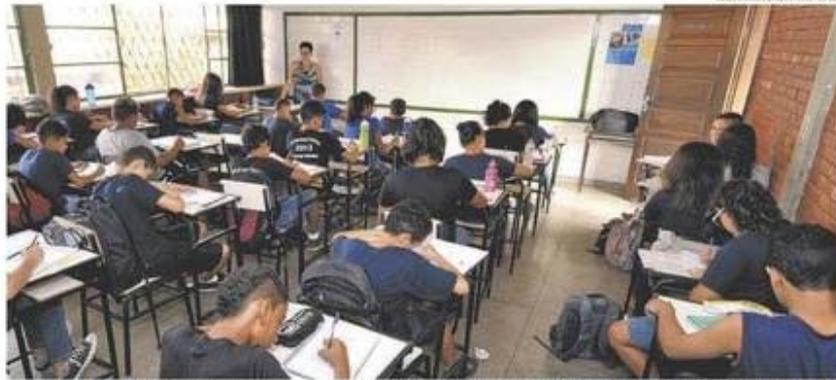


básica, abaixo apenas do Rio de Janeiro (3,3). E está abaixo inclusive do índice brasileiro (3,8).

Ontem, o estado anunciou um conjunto de ações para melhorar a qualidade do ensino, com o programa Gestão pela Aprendizagem. A Secretaria de Estado de Educação vai contar com a colaboração técnica do Instituto Unibanco, por

meio do programa Jovem de Futuro. O projeto oferece assessoria técnica, formação, análises educacionais, instrumentos e tecnologias de apoio às metodologias pedagógicas, além de promover trocas de experiências entre os profissionais da educação. Um dos primeiros passos para a reestruturação foi a adoção de um calendário escolar





Alunos em escola da rede estadual: desde 2013 Minas não alcança a meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Mudanças prevêm melhora, mas reduzem expectativa

harmonizado para toda a rede de ensino. De acordo com o governo, com ele está sendo possível “ter um melhor planejamento e monitoramento das atividades no decorrer do ano letivo e das necessidades de cada estudante”.

Também foi feito acompanhamento de notas e frequência dos estudantes. Isso possibilitou levar de volta às salas de aula 15 mil alunos com alto número de ausências neste ano, por meio de busca ativa desses jovens pela direção das escolas. Serão feitas intervenções pedagógicas para que eles possam recuperar o tempo perdido e acompanhar os colegas.

O novo programa tem a metodologia do Instituto Unibanco e será implantado em 1.296 escolas do ensino médio, atendendo a mais de 500 mil estudantes. Até 2022, deve estar em toda a rede estadual de ensino, em suas 2.333 escolas, segundo a secretaria. Neste ano, 440 inspetores escolares, 1.296 diretores e 1.296 supervisores da rede estadual receberão a formação, bem como as equipes gestoras e técnicas das superintendências e da SEE.

**RETOMADA** “Temos que cuidar de vários pontos para que no fim se cumpra a missão do aprendizado”, afirmou ontem o governador Romeu Zema. “Acredito em protocolos e naquilo que funciona. Temos que deixar de lado questões ideológicas e partidárias e fo-

car naquilo que deu certo”, disse. O Instituto Unibanco já atuou em parceria com a Secretaria de Estado de Educação em gestões anteriores. Desta vez, volta com a missão de personalizar os planos de cada escola, das superintendências regionais e de alinhá-los com o da própria secretaria.

“Redesenhar a gestão permite saltos significativos. Isso passa pelo diagnóstico de cada realidade e inclui desafios, como o de aprendizagem em matemática ou a gestão da capacitação do professor”, ressaltou o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques. Ele destacou ainda a proficiência em português e matemática a partir do programa. “Com o Jovem de Futuro aprende-se 30% a mais em português do que normalmente ocorre no ensino médio. Em matemática, esse número sobe para 44%.”

A secretária de Estado de Educação, Júlia Sant’Anna, disse que será feito o acompanhamento da gestão escolar de cada colégio. “Vamos desmembrar as metas de cada escola, considerando as regiões nas quais estão localizadas”, disse. Minas é o sexto estado a receber o programa Jovem de Futuro, presente no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo. Em Goiás, por exemplo, o ensino médio tem registrado crescimento no Ideb desde 2009, sempre acima da meta.

# O EXEMPLO DO VALE DO JEQUITINHONHA

LARISSA RICCI

Enquanto o estado busca na iniciativa privada apoio para melhorar os índices da educação em sua rede, há iniciativas que mostram que determinação e trabalho duro são capazes de transformar realidades nas escolas públicas. É o que prova uma vitória conquistada do outro lado do mundo por estudantes do Vale do Jequitinhonha. Um grupo de seis alunos de 14 anos e um educador da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, de Minas Novas, em-

barcou para representar o Brasil em Taiwan, na prova final da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras. Feitas as contas, a turma subiu ao pódio e voltará com medalha de bronze. Mas a conquista só foi possível depois de verdadeira maratona para arrecadar recursos que possibilitassem a viagem à Ásia.

Os alunos participaram pela primeira vez da fase nacional da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras com duas turmas: 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, e con-

quistaram quatro medalhas. Diante do resultado, foram convidados a fazer parte da delegação brasileira para disputa da etapa mundial, que ocorreu em Taiwan. Foram escolhidos para viajar Gabriel Lopes, João Gustavo, Thais Pereira, Eric Soares, Vitor Samuel e João Pedro Avelino, todos de 14 anos.

Mas a equação era mais complexa: a turma enfrentou o desafio de conseguir verba para embarcar para o continente asiático. O professor de matemática Adalgisio Gonçalves explica que o custo total da viagem para as sete





WHATSAPP/REPRODUÇÃO



**A equipe de Minas Novas levou o bronze na olimpíada em Taiwan, depois de verdadeira maratona para conseguir os recursos para embarcar**

peças era de R\$ 77 mil. Para conseguir embarcar, os alunos se empenharam por meio de uma vaquinha on-line, promovendo eventos e outras campanhas e apelando até para empréstimo.

Depois de muita batalha, o embarque para São Paulo ocorreu às 18h da última sexta-feira. O grupo fez uma escala em Joanesburgo, na África do Sul, e, de lá, saiu rumo a Hong Kong, chegando às 11h50

de domingo. Finalmente, viajou rumo à Taipé, centro político da ilha asiática, onde participou da disputa com equipes de diferentes partes do mundo, conquistando a medalha.

## UnB condena projeto para universidades



Protesto em frente do MEC contra a proposta do governo teve apoio da União Nacional dos Estudantes

*Representantes de professores e servidores da instituição formalizam ao MEC posição contrária ao programa Future-se. Para docentes, projeto viola a autonomia universitária ao permitir que organizações sociais sejam contratadas*

» Thaís Moura\*  
» Ingrid Soares

Professores e servidores da Universidade de Brasília (UnB) protocolaram ontem, no Ministério

da Educação, um ofício contra o programa Future-se, por meio do qual a pasta pretende captar recursos da iniciativa privada para as universidades federais e ampliar a presença das instituições no cenário internacional. A ação foi organizada pela Comissão de Defesa da UnB, que engloba o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) e a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). O documento também foi assinado pelo Sindicato Nacional dos

Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), por membros do Conselho Universitário (Consumi) e por dois representantes dos estudantes da UnB.

Segundo Luis Antônio Pasquetti, presidente da AdUnB, a Comissão de Defesa da UnB é contra o programa em três aspectos específicos. O primeiro diz respeito às organizações sociais, que poderão ser contratadas pelas universidades se o Future-se entrar em vigor. O





segundo ponto é a nova forma de contratação de professores e técnicos, que, com o projeto, poderá ser feita com base na CLT, e não por meio de concurso público. Já o terceiro aspecto crítica a cobrança de mensalidade na pós-graduação, proposta presente no texto do Future-se. Além de realizarem debates conjunturais, os sindicatos representantes das categorias da universidade acionaram suas assessorias jurídicas para verificar a legalidade do projeto Future-se.

Leandro Madureira, advogado especialista em direito público que compõe a assessoria jurídica da ADUnB, afirmou que a principal “afrenta jurídica” do projeto diz respeito à autonomia universitária. “A Constituição diz que as universidades públicas devem ter autonomia tanto administrativa quanto financeira. A partir do momento em que permite que uma organização externa conduza projetos de e m p r e e n d e d o r i s m o , desenvolvimento, governança, o Future-se viola a garantia constitucional da autonomia das

universidades”, afirmou.

Um abaixo-assinado contra o programa Future-se também foi entregue ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, por dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes pediram o descontingenciamento de verbas de universidades públicas, mais investimentos para as instituições, a regulamentação do ensino superior privado, o impedimento de cobranças abusivas em instituições particulares e cortes de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, a reunião com o ministro, porém, “não obteve nenhum encaminhamento prático”. O Secretário executivo do Ministério da Educação, Antônio Paulo Vogel, discordou das críticas ao Future-se e ressaltou que o MEC se encontra “aberto para receber consultas”. Vogel explicou ainda que o contingenciamento de verbas no setor se deve à necessidade de ajustar as contas públicas.

Novos cortes

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 349 milhões do orçamento que seriam destinados na aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para a educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio e a educação de jovens e adultos). A área é tida como prioritária pelo próprio governo. Os dados foram obtidos pela ONG Contas Abertas, baseados nas informações do Sistema Integrado de administração financeira (Siafi).

O governo tem meta fiscal a cumprir de R\$ 139 bilhões negativos (deficit) fixada pelo Congresso. No fim de julho, o governo federal havia anunciado um contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão em vários ministérios (Cidadania, Economia, Meio Ambiente, entre outros) para tentar se adequar.

\* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo